



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 10 de dezembro de 2024

<b>Bolsas</b> Na segunda-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na segunda-feira	<b>Salário mínimo</b> Últimos	<b>Euro</b> Comercial, venda na segunda-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
↑ 1% São Paulo	126.087 → 127.210 4/12 5/12 6/12 9/12	R\$ 6,082 (+ 0,2%)	3/dezembro 6,058 4/dezembro 6,047 5/dezembro 6,009 6/dezembro 6,070	R\$ 1.412	R\$ 6,422	11,15%	Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53

## MERCADO FINANCEIRO

# Apostas em Selic a 12%

À espera de uma inflação galopante, analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Banco Central estimam que o Comitê de Política Monetária (Copom) vá elevar a taxa básica de juros em 0,75 ponto percentual na reunião que começa hoje

» RAPHAEL PATI

Na véspera da última reunião do ano do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco central, o mercado financeiro revisou novamente as expectativas para a taxa Selic no final de 2024. Até a semana passada, a previsão era de um aumento de 0,5 ponto percentual, mas a percepção de que o Banco Central deve promover um remédio mais intenso em um período de tempo mais curto ganhou força entre analistas de investimentos. Desta forma, o Boletim Focus revisou para 12% a previsão para a taxa de juros no final do ano, o que indica que a maioria dos agentes de mercado consultados pelo relatório acreditam em uma alta de 0,75 ponto. No final de 2025, o mercado espera uma Selic de 13,50%, enquanto que para 2026 e 2027, aguardam taxas de juros de 11% e 10%, respectivamente. Isso indica que a maioria dos agentes não esperam uma taxa abaixo de dois dígitos pelo menos nos próximos três anos. Para se ter uma ideia, no primeiro Boletim Focus divulgado em 2024, a projeção para a Selic era de 9%. Na época, a taxa estava em trajetória de queda, após a aprovação do arcabouço fiscal, mas acabou perdendo força ao longo do ano.

Além disso, há uma parcela substancial de agentes que já consideram duas altas de 1% nas próximas duas reuniões.

O estrategista de investimentos e sócio da RGW Investimentos, José Cassiolato, está entre os analistas que acreditam que o Copom deve promover uma alta ainda mais forte na reunião que começa hoje e termina amanhã. Segundo ele, uma política mais dura nesse momento com relação à taxa de juros deve conter a apreciação do dólar em relação ao real, além de oferecer maior estabilidade para todos os outros ativos da economia.

“Vejo com bons olhos, neste momento, uma política mais dura, mostrando essa possibilidade de o Banco Central manter uma independência e que a gente possa, a partir dela, o quanto antes, começar a reverter essa política monetária para praticar uma taxa de juros mais condizente com o que vem acontecendo na dinâmica internacional, de redução da taxa de juros”, avalia Cassiolato.

Um dos fatores que mais pesam sobre as projeções do mercado é a reação dos investidores e de outros agentes ao pacote fiscal apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no último dia 28 de novembro. A estimativa de uma economia de R\$ 30 bilhões para o ano que vem e de R\$ 40 bilhões para 2026, apresentadas inicialmente pelo governo, foram desacreditadas pelo mercado, que também não reagiu positivamente à isenção de Imposto de Renda para pessoas físicas

Raphael Ribeiro/BCB



Será a última reunião do Copom atual. Em janeiro, o presidente Campos Netos e três diretores deixam o comitê

que recebem até R\$ 5 mil por mês.

“Esse foi um recado muito negativo para o mercado, porque trouxe uma queda no nível de confiança”, avalia o sócio da WMS Capital Marcos Moreira, que não descarta a possibilidade de um ajuste de 1% na reunião desta semana.

O mercado também aumentou a previsão para o Índice

de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2024. De acordo com o Focus, os agentes estimam um aumento de 4,84% na inflação oficial, ante 4,71% na mesma projeção publicada na semana anterior. Hoje, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os resultados de novembro do IPCA.

Em relação ao câmbio, a projeção divulgada no Boletim Focus também registrou um aumento na percepção dos analistas, que passaram a estimar o valor do dólar na casa de R\$ 5,95. Já o Produto Interno Bruto (PIB) deve vir mais forte, de acordo com os especialistas do Focus. O mercado passou a considerar um crescimento de 3,39%.

## Salvo pelo ferro

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa/B3) encerrou o dia de ontem em alta de 1%, aos 127.212 pontos. A principal explicação para esse crescimento veio do outro lado do mundo. Logo pela manhã, o mercado acordou com a notícia de que a China deve adotar, no ano que vem, uma política monetária “adequadamente frouxa”.

Ontem, a agência de notícias estatal chinesa comunicou que o país deve adotar a primeira mudança na política monetária desde 2010. O anúncio faz parte de um pacote de medidas econômicas apresentado pelo país asiático, que visa um fortalecimento da economia nacional que, desde 2021, acumula resultados abaixo das expectativas para a segunda maior força econômica global.

Diante disso, o minério de ferro subiu 1,57% no Porto de Dalian, na China, o que impactou diretamente no valor das ações das mineradoras no Brasil.

Pelo lado do câmbio, o dólar acompanhou o movimento internacional e registrou uma leve valorização de 0,18%, encerrando as operações cotado a R\$ 6,08. O resultado pode ser considerado um indicativo da estagnação da moeda, que desde o fim de novembro opera acima de R\$ 6. (RP)

Joédson Alves/Agência Brasil



O GT busca prevenir e mitigar danos do jogo compulsivo no Brasil

## JOGOS ON-LINE

# Força-tarefa enfrenta o vício em apostas

Após a regulamentação das bets, o governo federal anunciou a criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Saúde Mental, Prevenção e Redução de Danos do Jogo Problemático. O grupo foi instituído nesta segunda-feira (9/12), por meio de portaria interministerial, e reúne representantes dos ministérios do Esporte, Fazenda e Saúde, além da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom).

De acordo com as pastas envolvidas, a iniciativa visa

desenvolver estratégias para prevenir, mitigar danos e oferecer suporte a pessoas e comunidades afetadas pelas práticas de jogo compulsivo. Também servirá para auxiliar pessoas em situação de vulnerabilidade, no contexto dos jogos que envolvem apostas.

O grupo recém-criado terá o prazo de 60 dias para apresentar ações coordenadas entre as pastas. As reuniões devem ocorrer a cada 15 dias e, entre as atribuições do GT, destacam-se ações, políticas e medidas de

prevenção, redução de danos e assistência a pessoas e grupos sociais vulneráveis ao comportamento de jogo problemático persistente e recorrente, ou que já se encontram nesta situação.

O grupo ainda poderá reexaminar ações administrativas e políticas públicas e fazer sugestões de atuação regulatória. Também terá o poder de propor medidas para reduzir danos e enfrentar o problema, observadas as competências de cada ministério que forem

consideradas pertinentes.

“O crescimento desordenado do setor expôs desafios que agora começam a ser enfrentados por medidas concretas. Ao priorizar a saúde mental e o bem-estar dos apostadores, o governo faz um compromisso com a construção de um ambiente mais seguro e responsável”, destacou, em nota, o Ministério da Fazenda, explicando que a regulamentação envolve uma questão de proteção social, e não apenas de desenvolvimento econômico. (RP)



RAUL VELLOSO

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

**JÁ DEVERÍAMOS TER, HÁ MUITO, INICIADO A TRANSIÇÃO PARA O REGIME DE CAPITALIZAÇÃO, SENDO ESSE O ÚNICO CAMINHO, EM ÚLTIMA INSTÂNCIA, A TRILHAR, A EXEMPLO DO QUE TÊM FEITO OUTROS PAÍSES, INCLUSIVE NA AMÉRICA DO SUL, MAS PRINCIPALMENTE NOS PAÍSES NÓRDICOS**

## O “x” é arrumar a Previdência do jeito certo

Vista de hoje, a grande agitação social e política que, tendo se iniciado em meados dos anos 1980, culminou na magna reforma constitucional de 1988, pretendia, entre outras, atacar duas questões básicas que nos afligiam à época: problemas sociais agudos e desequilíbrio fiscal em particular.

De 1987 a 2024 e passados 37 anos, vê-se que, se juntarmos os itens Previdência e BPC, já que este tem todo o cheiro de previdência (embora não tenha qualquer receita de contribuição específica a ele associada), constataremos, primeiro, que o peso desse conjunto no gasto não-financeiro total da União, acabou saltando de

22,3% para não menos que 56,2%, enquanto o item investimento em infraestrutura “pagava” essa apreciável conta com uma queda de mais de 4 vezes em termos de percentual do total, desabando de 16% para 3,7%. Em síntese, o país se viu forçado a abrir mão de investimento em infraestrutura por Previdência em um sentido amplo, resultado esse que se origina, principalmente, do pouco conhecido e rápido processo de envelhecimento, em curso, da nossa população.

Dá se segue algo que deveria ter acendido sinais de alerta à época, que é a desabada progressiva da taxa de crescimento do PIB e, portanto, do emprego, que

passariam a acontecer em consequência da queda do investimento público em infraestrutura, que é talvez o item menos rígido do Orçamento. Como é possível verificar, enquanto a razão investimento/PIB desabava de 5,1% do PIB, no final dos anos 1980, para 0,6% do PIB em 2022, a taxa de crescimento real do PIB caía de 8,8% ao ano, em 1980, para 0,9%, em 2023, considerando taxas expressas em termos de médias móveis de 12 anos. Ou seja, era como se tivéssemos escolhido adotar um modelo anti-crescimento-econômico.

Sobre envelhecimento, considerando que idosos quem tem de 65 anos para cima, estima-se

que o aumento do número de idosos em relação a 1987 tenha sido de 62% em 2000; deverá ser de 264% em 2024; e de 679% em 2050. Mais ainda: projeções acreditadas indicam uma relação fortemente declinante entre a população em idade ativa e o número de idosos até pelo menos 2050, o que sinaliza uma muito baixa viabilidade do sistema previdenciário de repartição simples, que é típico de territórios como o nosso, daqui para a frente.

Ou seja, já deveríamos ter, há muito, iniciado a transição para o regime de capitalização, sendo esse o único caminho, em última instância, a trilhar, a exemplo do

que têm feito outros países, inclusive na América do Sul, mas principalmente nos países nórdicos — onde o grau de sustentabilidade de seus regimes está entre os mais altos. Enquanto isso, a tendência de o nosso regime se tornar insustentável é muito forte. Ou seja, com a demografia que temos, o regime de repartição é simplesmente inviável. Dessa maneira, a forma mais rápida para chegarmos ao desejável equacionamento previdenciário é via a introdução do modelo de capitalização, algo que já se começou a fazer nos regimes próprios de previdência, especialmente nos municípios, onde mais de mil entes já concluíram

seu trajeto, e outro grupo relevante já ultrapassou a etapa preliminar de “segregação de massas”.

Outra etapa importante do processo aqui referido tem a ver com o pacote de medidas que vem de ser anunciado preliminarmente, altamente relevante para o caso do BPC, cujo peso no gasto total tenderá a ser significativamente reduzido, onde, por exemplo, se tenta mudar o conceito de “BPC por deficiência” para “BPC como inválido”, onde o número de pessoas que aufeririam esse benefício pelo atual regime tenderá a ser consideravelmente reduzido. (Retornarei ao tema na próxima oportunidade).